

INTERVENÇÕES QUE PROMOVEM AS COMPETÊNCIAS FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

J. A. M. GOMES¹ & R. M. C. BRASIL²

¹ Psicóloga. Pós-graduanda no Curso de Mestrado Profissional em Saúde da Mulher e da Criança do Departamento de Saúde Materno Infantil da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: jeannemeytre@iprede.org.br; ² Pediatra. Mestre em Pediatria pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Saúde Materno Infantil pela Universidade de Londres. E-mail: ritabra@uol.com.br

Artigo submetido em Julho/2016 e aceito em Outubro/2016

RESUMO

Promover o fortalecimento das competências familiares consiste em uma estratégia inteligente que favorece o desenvolvimento infantil. O presente artigo objetivou apresentar metodologias de intervenções grupais visando fortalecer as competências individuais e interpessoais das mães/cuidadoras, auxiliando no desenvolvimento das habilidades do autocuidado e do cuidado do outro/filho. Trata-se de um relato da experiência do IPREDE do trabalho socioeducativo com mulheres/mães de crianças

de 0 a 6 anos, em situação de vulnerabilidade social. Discute-se o referencial empregado nos programas de saúde com ênfase na promoção das habilidades parentais. Conclui-se que as tecnologias sociais que propõem intervenções que fortalecem desenvolvimento das competências familiares apresentam-se como intervenções com potencial fator de proteção ao desenvolvimento infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Infantil. Vulnerabilidade social. Competências familiares.

INTERVENTIONS TO PROMOTION FAMILY ABILITIES AND CHILD DEVELOPMENT

ABSTRACT

Promote the strengthening of family competences consists of a smart strategy that favors child development. This article aims to present methodologies of group interventions to strengthen individual and interpersonal skills of mothers/caregivers, assisting in the development of self-care and care of the other/child skills. This is a report on the IPREDE experience of socio-educational work with women/mothers of children

aged 0-6 years in socially vulnerable situations. Discusses the structure applied in health programs with emphasis on promotion of parenting abilities. The conclusion is that social technologies that propose interventions that strengthen development of family aptitudes present themselves as interventions with potential protective factor to child development.

KEYWORDS: Child development. Social vulnerability. Family abilities.

INTRODUÇÃO

A primeira infância é um período fundamental no desenvolvimento mental, emocional e de socialização do indivíduo. Entre zero e seis anos de idade as estruturas físicas e intelectuais de crescimento e aprendizagem emergem e começam a estabelecer suas fundações para o resto da vida do indivíduo.

Pesquisas assinalam que nos primeiros anos de vida os neurônios formam a complexa rede de conexões que permitirão e determinarão a capacidade de aprendizagem, memória, raciocínio, habilidades linguísticas, sociais e afetivas. Acredita-se, também, que é nesse período que o cérebro demanda certos tipos de estímulo para criar e estabilizar algumas conexões e estruturas duradouras. Por exemplo, o potencial de vocabulário da criança é determinado antes dos três anos, as conexões neurológicas para a matemática e lógica são assentadas antes dos quatro anos e a estabilidade emocional é fortemente afetada pelo desenvolvimento do cérebro nos primeiros dois anos.

Durante os três primeiros anos de vida as demonstrações de afeto pelo tocar e olhar, os cuidados atentos e sensíveis e as brincadeiras são essenciais ao desenvolvimento adequado daquelas partes do cérebro responsáveis pela socialização. As habilidades sociais proporcionam outros meios de satisfazer suas necessidades, e a linguagem oferece outro modo de exprimir a cólera e a frustração. Outras habilidades sociais como empatia, autocontrole, capacidade de solucionar problemas e interação com adultos e crianças vão se desenvolvendo.

Desta forma o contexto familiar é considerado o lugar privilegiado para a promoção do desenvolvimento infantil. É o primeiro ambiente do qual o indivíduo participa, aprendendo regras e modos de se relacionar. Embora a escola, a comunidade e a mídia exerçam grande influência em sua formação, os valores morais e padrões de conduta são adquiridos, essencialmente, no convívio familiar.

2 A FAMÍLIA COMO REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA E A ASSISTÊNCIA SOCIAL PRESTADA EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA: O CASO DO IPREDE/FORTALEZA

A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, o local para o exercício da cidadania, possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando. Sua dinâmica é própria, afetada tanto pelo

desenvolvimento de seu ciclo vital, como pelas políticas econômicas e sociais (CARTER & MCGOLDRICK, 1995; FERRARI & KALOUSTIAN, 2004).

Para Romanelli (2003), a família, independentemente do contexto social, histórico e cultural, prestará seus cuidados à criança, marcados pelas ações do grupo em uma dinâmica intensa, que exige de seus integrantes constantes exercícios de repensar o presente e o futuro, levando-os a reorganizar suas estratégias de vida constantemente, o que provoca alterações tanto internas como externas.

Existe, segundo Shaw (2006), um forte consenso quanto à importância do papel dos pais para o modo como seus filhos se desenvolvem e funcionam. Muitas das habilidades da criança dependem, fundamentalmente, de suas interações com seus cuidadores e com seu ambiente social. Na verdade, entre os fatores de risco envolvidos no desenvolvimento de problemas comportamentais e afetivos da criança, a qualidade das práticas parentais é o mais importante entre os que podem ser modificados.

A UNICEF (2001) traz uma nova concepção ao definir que as competências familiares são os conhecimentos, saberes e habilidades somados à afetividade e às atitudes e práticas das famílias que facilitam e promovem a sobrevivência, o desenvolvimento, a proteção e a participação das crianças de até 6 anos.

Para prestar estes cuidados, a família conta com seu “patrimônio”, que é

Um conjunto de recursos dos quais as pessoas podem dispor para garantir a si mesma e a seus membros maior segurança e melhor padrão de vida. Estes recursos se compõem de trabalho, moradia, saúde, habilidades relacionais e pessoais (CHIESA; VERÍSSIMO; FRACOLLI, 2009, p.24).

Segundo Solymos, Maricondi e Soares (2009), a eficácia dos cuidados familiares baseia-se no grau de apoio mútuo e da organização interna, variando os tipos de cuidado que a família tem consigo e com seus membros, além de depender do acesso a serviços públicos e comunitários.

Desta maneira, no ambiente familiar em situação de vulnerabilidade social, paradoxalmente, a criança tanto pode receber proteção quanto conviver com riscos para seu desenvolvimento. Fatores de risco relatados se referem frequentemente ao baixo nível socioeconômico e à fragilidade nos vínculos familiares, podendo resultar em prejuízos para solução de problemas, linguagem, memória e habilidades sociais. Sabemos que a escolaridade materna tem impacto sobre o desenvolvimento cognitivo de crianças por meio de fatores como organização do ambiente, expectativas e práticas parentais, experiências com materiais para estimulação cognitiva e variação da estimulação diária.

Segundo dados do IPECE (2005), o IDI - Índice de Desenvolvimento Infantil no Ceará aumentou de 0,514, em 1999, para 0,582, em 2004, estando na faixa das localidades com desenvolvimento infantil médio. Em 1999, havia 47 municípios no Ceará classificados como tendo “desenvolvimento infantil médio”. Em 2004 este número passou para 96; um aumento de 104% nesse período.

Ainda conforme análise do IPECE, os índices do estado e seus municípios são muito afetados pelos indicadores referentes ao percentual de crianças menores de seis anos morando com pais com escolaridade precária, pois esse fator tem um peso relativamente grande no IDI e são poucas as políticas que podem interferir diretamente nos indicadores. No caso, as políticas capazes de afetar esses indicadores consistem em políticas de educação de adultos de longa duração.

A acentuada desigualdade social na realidade brasileira, em especial no Nordeste, ainda não garante à criança o direito de usufruir de condições estáveis de vida, tanto socioeconômicas quanto psicossociais. Tais precariedades se manifestam pela média de apenas 4,3 anos de escolarização entre aqueles com idade acima de 10 anos. O censo demográfico de 2000 estimou que 32,8% das mães nordestinas são as únicas responsáveis pela educação dos filhos (IBGE, 2000). Dessa forma, o acesso a bens e serviços fica prejudicado com a ausência paterna porque a mãe tende a depender de outros membros da família com alocação de renda, que não é necessariamente dirigida a suprir a necessidade da criança.

Existem muitos programas de apoio para os pais que têm como objetivo apoiar e reforçar as capacidades parentais e promover o desenvolvimento de novas competências. As formas de intervenção desses programas de apoio variam, mas o objetivo permanece o mesmo: melhorar a vida das crianças e de seus pais.

Segundo Trivette e Dunst (2009), existe atualmente um conjunto considerável de evidências que indicam que os programas de apoio parental, baseados na comunidade e desenvolvidos de maneira a colocar a família no centro das ações, aumentam a confiança e a competência no desempenho parental. Práticas participativas de ajuda, em que os pais são envolvidos ativamente na decisão sobre os conteúdos que consideram importantes e o modo como desejam obter as informações necessárias, provocam os efeitos mais positivos sobre o sentimento de confiança e de competência dos pais.

Em nosso entorno, muitas crianças estão impedidas de alcançar plenamente seu potencial em decorrência de crescerem em ambientes que não lhes favorecem o desenvolvimento. A vulnerabilidade social fragiliza a capacidade que as famílias têm de

organizar o próprio cotidiano, o próprio sustento e a capacidade de corresponder às necessidades essenciais dos filhos.

O Instituto da Primeira Infância - IPREDE, localizado na cidade de Fortaleza/Ceará é uma instituição filantrópica, conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS), que atua no atendimento ambulatorial a crianças de zero a seis anos e suas famílias. Tem como objetivo promover a nutrição e o desenvolvimento na primeira infância de crianças em situação de vulnerabilidade social, fortalecer as competências familiares no cuidado com seus filhos e o vínculo mãe/criança, tornando-se um centro de referência para a divulgação e produção de conhecimentos nessas áreas.

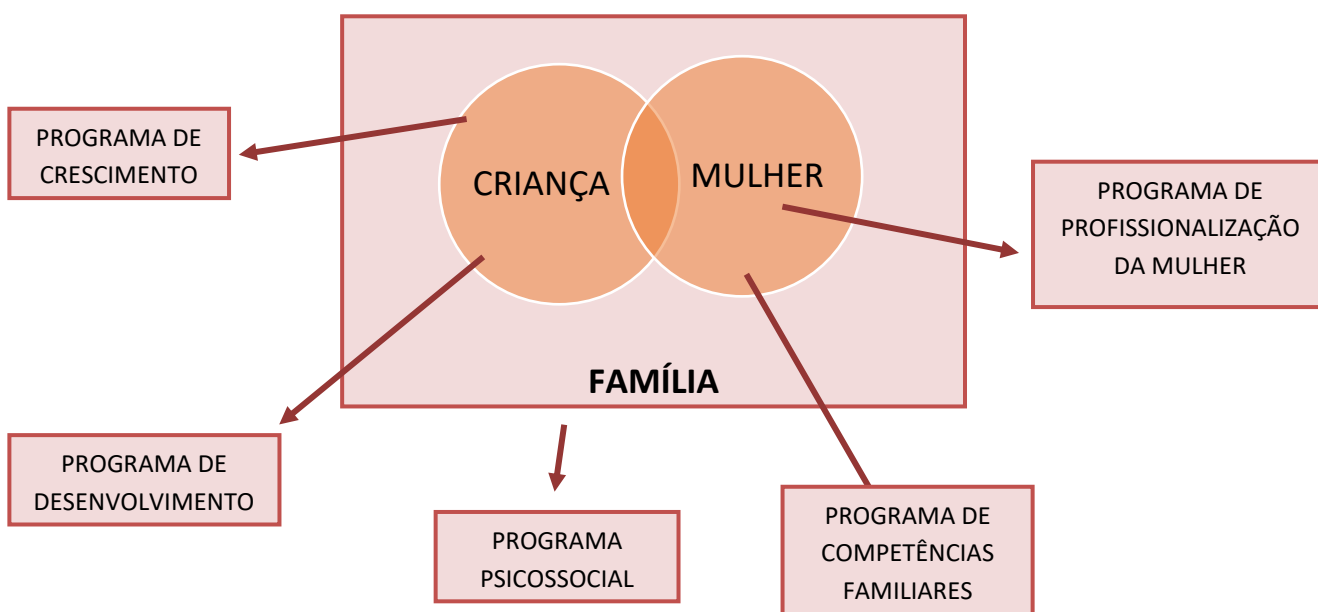
Com trinta anos de existência, a instituição solidificou sua política de atendimento com propostas voltadas para crianças com desnutrição ou risco nutricional e possibilidade de atraso no desenvolvimento psicossocial, utilizando programas de intervenção psicossocial para a recuperação das crianças e seus familiares, numa dimensão de sujeitos de direitos, do desenvolvimento infantil e da capacidade de resiliência e autonomia das crianças e das suas mães e/ou cuidadoras.

Em julho de 2007, o IPREDE realizou um estudo colaborativo com o Núcleo de Ensino, Assistência e Pesquisa da Infância Cesar Victoria, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, sobre Condições de Vida e Saúde (CVS) das crianças assistidas na Instituição. Naquela ocasião, o estudo revelou, dentre outras, a vulnerabilidade social em que vivem essas famílias que, além das deficiências econômico/financeiras, estão submetidas a uma convivência social pautada em práticas de agressão e violência das mais diversas formas. A consequência prática deste estudo foi organizar um conjunto de intervenções destinadas à ampliação de oportunidades para o desenvolvimento sadio e harmonioso dessas famílias. Sendo assim, o Programa de Fortalecimento da Mulher e das Competências Familiares se constituiu em: Grupo Conviver, o Projeto Mãe Colaboradora e a Unidade Profissionalizante da Mulher.

3 MATERIAIS E METÓDOS

A condição nutricional da criança que chega ao IPREDE é o principal indicador para sua admissão e de sua família na instituição. A partir de então, ambos (criança e família) passam a usufruir de um programa de intervenções oferecido por uma equipe multiprofissional, orientado por um plano de ações da trajetória das crianças e da trajetória das mulheres.

Quadro1 - Programa IPREDE para mães e filhos



Fonte: IPREDE

A metodologia das ações dirigidas às mães/mulheres assistidas na instituição propõe que sua atuação passe diretamente pela concepção de um trabalho sócio-formativo, tendo a presença da educação como campo de atuação. Dessa forma, confirma-se uma ação pedagógica que perpassa todas as atividades do projeto, tendo os seguintes referenciais teóricos como eixos conceituais básicos: a Educação para o Desenvolvimento Humano, seguindo as premissas das Nações Unidas; o desenvolvimento de competências com base nos quatro pilares: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender; e a Atenção aos Códigos da Modernidade, que são, segundo o educador colombiano Bernardo Toro, as capacidades e competências mínimas para a participação produtiva no século XXI: domínio da leitura e da escrita, capacidade de fazer cálculos e de resolver problemas, capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações, capacidade de compreender e atuar em seu entorno social, receber criticamente os meios de comunicação, capacidade para localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada, capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo.

É justamente a ação educativa que caracteriza e diferencia a proposta de um trabalho desta natureza, já que o mesmo está voltado para o desenvolvimento integral das mães, mediante a possibilidade de melhoria da compreensão do meio em que vive e maior percepção de si mesmas, elevação sociocultural das suas condições de vida e desenvolvimento de valores próprios para uma sociedade em mudança.

a) Projeto Mãe Colaboradora

O Projeto Mãe Colaboradora é uma das principais atividades institucionais idealizadas para as mulheres com filhos assistidos pelos programas, excluídas socialmente graças à pouca condição de empregabilidade e à baixa qualificação de mão de obra.

O Projeto promove oportunidades educativas para as mulheres, principais educadoras e cuidadoras dessas crianças, para que estas, utilizando-se das competências desenvolvidas ou fortalecidas, passem a atuar de forma a melhorar as condições de vida pessoal e familiar, criando oportunidades para discussão, informação e sensibilização sobre temas relativos à educação, relacionamento familiar, autocuidado e cuidado com os filhos, violência doméstica, resolução de conflitos, acesso a direitos, dentre outros.

O Projeto Mãe Colaboradora foi implementado em janeiro de 2008 e hoje se configura como um conjunto de ações sistemáticas e integradas, que já favoreceu até aqui uma série de mudanças significativas na vida e na família das mulheres beneficiadas. Através deste projeto as participantes adquirem habilidades produtivas em uma proposta de formação em serviço, baseada numa ação pedagógica pautada em investimentos no seu crescimento pessoal, familiar e social. Durante o trabalho é possível constatar e registrar mudanças que vão da aparência pessoal aos padrões de relacionamento interpessoal, ressignificação do cuidado com os filhos, chegando à inserção no mercado de trabalho e/ou registrando iniciativas de geração de renda.

A proposta do projeto inclui uma hora semanal de aulas teóricas e 23 horas semanais de atividades práticas da função laboral nas áreas de serviços gerais, auxiliar de cozinha, acolhimento ou recepção, incluindo reuniões de equipe; sendo orientadas por um profissional responsável no setor. As temáticas de trabalho das aulas teóricas abordam o desenvolvimento infantil; ética e resolução de conflitos no mundo do trabalho; entrevistas sobre desemprego; administração da renda familiar; atendimento ao público; etc.

O início da ação do programa ocorre com a divulgação e sensibilização através de palestras realizadas no Setor de Acolhimento da instituição e do atendimento individual com a assistente social. Desta maneira, o preenchimento da inscrição com a equipe do projeto se configura no primeiro contato direto dessa mãe com as atividades do programa, servindo como o primeiro indicativo do levantamento do perfil individual e familiar, para posterior inscrição no Projeto Mãe Colaboradora.

No processo de seleção ocorre a apresentação do projeto e a mãe é comunicada de todas as atividades propostas, direitos e deveres como participante do projeto, com duração de doze meses (com possibilidade de prorrogação de até três meses, caso constatado o risco

psicossocial), tais como obrigatoriedade da utilização da farda do projeto para identificação nos dias de ação no mesmo, e frequência de até três dias na semana de aprendizagem em serviço e participação semanal nas aulas. As candidatas preenchem uma ficha de avaliação psicossocial e participam de uma dinâmica em grupo, na qual são avaliadas quanto à capacidade de resolução de conflitos relacionados à participação no projeto e à iniciativa acerca de providenciar um cuidador para sua(s) criança(s) nos dias em que estará nas aulas. Vale ressaltar que uma das preocupações da instituição é que os filhos das mães colaboradoras recebam cuidados e assistência de um cuidador responsável em sua ausência.

As candidatas que apresentam perfil para participar do projeto são convidadas para uma Roda de Conversa de Acolhimento, com o objetivo de oficializar a participação no Projeto e escolha do setor no qual permanecerá atuando. A seguir, a mãe colaboradora passa pelo treino em serviço (atuação que será supervisionada e orientada no setor) e participa das aulas teórico-práticas. O monitoramento e a avaliação das ações promovidas pelo programa são de natureza subjetiva e obtidos através de: relatos das participantes do projeto; percepção de mudanças de atitudes e práticas das mães colaboradoras na realização das suas atividades e avaliação do responsável pelo setor de atuação de cada beneficiada. O encerramento da participação no programa se dá de maneira festiva, com a produção do currículo da aluna, entrega da carta de recomendação do projeto e encaminhamento ao mundo do trabalho.

b) Grupo Conviver

O Grupo Conviver é um espaço para mulheres e coordenado por mulheres, psicólogas, que possibilitam uma escuta das histórias de vida, narrativas dos sabores e dissabores das vivências diárias, das aflições e alegrias, da impotência e resiliência; enfim, da complexa dimensão da experiência cotidiana das mulheres/mães. A partilha no grupo feita por estas mulheres conduz a construção e invenção de propostas de superação e projetos de vida. Cada uma delas leva para o grupo seus saberes e crenças e os confronta com os das outras participantes, num complexo jogo dialógico propício para a reflexão, o autoconhecimento e a novas concepções de si e dos outros. As condições opressoras presentes na vida são superadas por competências intrapessoais e interpessoais, gerando maior autonomia na resolução de conflitos com os filhos e o companheiro, possibilitando a saída da condição de vítima e da impotência. Trata-se de um atendimento pautado pelo trabalho em grupo, por encontros com atividades previamente planejadas para facilitar todo esse processo de autoconhecimento e individuação das mulheres.

O grupo de apoio com caráter socioeducativo, segundo SUAS (2005), permite um espaço para trocas, para o exercício da escuta e da fala, da elaboração de dificuldades e de reconhecimento de potencialidades, contribuindo para oferecer às mulheres/mães a oportunidade de viver melhor os seus direitos. O trabalho em grupo favorece a aproximação, o conhecimento entre pessoas, a troca de informações dos recursos existentes na região, de habilidades produtivas e a percepção das dificuldades existentes, como também das potencialidades ali presentes, que puderam ser compartilhadas.

Dentre os fatores terapêuticos que o trabalho em grupo proporciona, a questão da “Universalidade” à qual se refere Yalom (2006), torna-se de fundamental importância para as mulheres que dele participam. Apesar da individualidade de cada mulher, as reflexões sobre perdas, gestação, ser mãe, fases do desenvolvimento infantil, sentimento de impotência, amor, etc., são conteúdos universais que unem estas mulheres.

A proposta do grupo é reunir de oito a dez mulheres, que acompanham seus filhos no seu retorno quinzenal à instituição, previamente selecionadas a participar do grupo, totalizando 400 mulheres mensalmente. O critério da seleção ocorre através de aplicação individual do *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), instrumento de triagem que avalia o risco psíquico e/ou encaminhamento de um profissional da instituição. No momento em que o Grupo Conviver será realizado, o IPREDE oferece para as crianças o espaço da Brinquedoteca e os cuidados das “mães colaboradoras”.

Uma vez reunidas, as mulheres formam uma roda de conversa e é proposto o tema do dia (Ex.: Violência Doméstica). A seguir, é realizado um contrato grupal visando o sigilo diante das vivências e dos depoimentos expressos no grupo, de modo que as mulheres passam a verbalizar suas ideias, conquistas e dificuldades, e a troca de experiências vai ocorrendo com a intervenção do psicólogo, que realiza a mediação das falas e, ao final, propõe o fechamento do grupo.

O grupo tem a duração de 50 minutos e possui uma variedade de propostas dinâmicas, previamente planejadas, dentre elas: atividades de recorte e colagem, jogos lúdicos, contação de histórias, filmes, dinâmicas de grupo, desenho e outras que são repensadas no decorrer do planejamento. É importante salientar que na implantação do grupo, em 2007, as mães se recusavam a ir, porque não desejavam “ouvir palestra como é no posto”; desta maneira, os temas são diversos, mas são abordados de forma lúdica e através do conteúdo que elas abordam. Outra experiência rica foi o trabalho com o significado dos ditados populares, sendo que o preferido foi: “Filho de peixe, peixinho é!”. Neste caso o facilitador trabalhou as questões ligadas à paternidade e à maternidade entrelaçadas ao desenvolvimento infantil.

c) Unidade Profissionalizante

A Unidade Profissionalizante da Mulher oferece gratuitamente cursos de capacitação com módulos: em cidadania e trabalho e técnicos ocupacionais para as mulheres assistidas na instituição e para os demais integrantes da comunidade. A partir de 2013, a instituição realizou uma parceria com o SENAC, pelos projetos do PRONATEC e Programa SENAC de Gratuidade - PSG, e passou a disponibilizar cursos com cargas horárias que variam de 80 a 280 horas.

Em 2013 foram realizadas 21 turmas, com ofertas de 13 cursos nas áreas de moda, beleza, hotelaria e artesanato, formando 235 alunos(as), dentre os quais 58 são mães/cuidadoras de crianças acompanhadas na instituição. Vale ressaltar que as mães, durante realização dos cursos, recebem como contrapartida um recurso financeiro para auxiliar no transporte, entretanto a exigência de nível fundamental ou médio completo restringe o número de mães/cuidadoras beneficiadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2013 o IPREDE trabalhou com 70 mulheres no Projeto Mãe Colaboradora, apesar de haver 35 vagas disponíveis no projeto. Tal rotatividade se dá porque algumas mulheres, após entrarem no projeto, rapidamente conseguem trabalho, motivadas pelo fortalecimento da autoestima, ampliação dos vínculos sociais e encaminhamentos realizados pelo Projeto. Também há casos de cuidadoras que não conseguem conciliar seu papel de mãe com o de aluna/trabalhadora, causa da desistência de algumas delas.

Desde seu início, em 2007, a proposta consistia em reuniões e oficinas além de aprendizado em serviço, sendo que a partir de abril de 2014 foram acrescentadas aulas formais semanalmente, com uma hora de duração, o que resultou no melhor aproveitamento dos conteúdos e concentração das alunas. As aulas formais trouxeram um espaço de troca de conhecimentos e permitem a avaliação permanente do processo de formação, inclusive para realizar alterações no planejamento, se adequando às necessidades do momento.

Todos os fatos observados, relatos e registros em relação às atividades desenvolvidas no Projeto Mãe Colaboradora revelam uma significativa melhora das condições de vida da família e principalmente das crianças cujas mães ou cuidadoras foram beneficiadas. Percebe-se claramente um forte investimento na própria imagem, revelando elevação da autoestima e

principalmente ressignificação do cuidado com os filhos, visto que estas mães passaram a investir em métodos e estratégias educativas mais sensíveis, se autodefinindo com “maior paciência”.

Na autoavaliação das alunas realizada em 2014, as participantes relataram como aprendizagens adquiridas no projeto a compreensão do mundo das crianças de acordo com suas necessidades e, como prática, aspectos ligados ao brincar, contar história, limpar, cuidar dos alimentos, produzir vários tipos de saladas, habilidades em informática, recepção ao público, e cuidar de crianças. Aspectos relacionados à aprendizagem do conviver foram citados, como: compartilhar com o filho, trabalhar em grupo, conversar e ter diálogo, ter amigos, interagir com as pessoas e firmeza para se comunicar. E, finalmente, aspectos relacionados à organização com suas coisas, a ter mais paciência e responsabilidade apontam para a aquisição do aprender a ser.

Observamos que o conhecimento e a formação continuada têm abarcado toda a formação humana e social das mulheres beneficiadas com o projeto. Outros aspectos relevantes são a elevação direta da renda familiar e a ampliação das possibilidades de inserção no mundo produtivo; como também a construção de conceitos em relação ao planejamento e administração da renda familiar, além da conscientização dos mecanismos de acesso a direitos. O conceito de contrapartida fazendo parte de um projeto institucional, exercitando o sentir-se responsável por suas ações, o envolvimento com novas aprendizagens e a resolução de conflitos do cotidiano auxiliam no processo de empoderamento destas mulheres.

O projeto realiza orientação básica para o trabalho através da oportunidade de realização de atividade laboral supervisionada, sendo que a bolsa incentivo oferecida tem como finalidade dar condições da mãe prover um cuidador para seu(s) filho(s) no momento que estiver participando do projeto e auxiliar nas despesas da família. Aproximadamente, 50% das mulheres que frequentam a instituição não têm companheiro e não contam com ajuda de familiares para cuidar das crianças, o que resulta, na prática, que muitas delas não tenham condições de participar de cursos profissionalizantes também oferecidos pela instituição ou por programas do governo, como corte e costura, manicure, salgadeira, etc.

Outro fator a ser considerado é que na seleção do Projeto, muitas mulheres alegam como motivação para participar a frequência de até três dias por semana, pois nos outros dias ficam “livres para resolver outras questões” (reunião na escola, ida ao Posto de Saúde, consulta quinzenal do filho(a) no IPREDE e trabalhar como diarista, lavadeira de roupa, cuidadora de criança ou até cozinheira. Observamos que a função de diarista é bastante desempenhada devido ao retorno financeiro imediato.

O Projeto também é oportunidade de entrada para o mundo do trabalho formal, pois algumas mulheres nunca trabalharam porque precisam “criar os filhos”. É interessante observar que o conteúdo de aprendizado “Resolução de Conflitos” tem sido essencial neste processo, pois com o ingresso deflagram nas famílias situações conflituosas, como: ciúmes do companheiro, redistribuição de tarefas no lar, maior independência financeira da mulher, administração do tempo e da agenda, dificuldade de comunicação interpessoal e de receber orientações.

A continuidade do projeto tem a capacidade de contribuir de forma efetiva para promover transformações positivas na vida dessas mulheres e crianças, além de prevenir situações de vulnerabilidade, já que atua numa proposta de desenvolvimento inserida num processo de humanização e acolhimento. Trata-se de uma experiência compartilhada de aprendizagem, com possibilidades contributivas também em longo prazo, visto que essas mulheres e crianças são submetidas a conteúdos conceituais e culturais importantes, tendo possibilidades de alcançar um desdobramento tanto no contexto familiar como na sociedade como um todo, atendendo aos pressupostos da Proteção Social, criando laços de pertencimento, possibilidades de “fazer diferente” e de concretizar seus sonhos.

No Grupo Conviver é possível observar que a resiliência possibilita ao indivíduo o resignificar de suas experiências, apesar dos infortúnios da vida. Com a percepção que não são as únicas a viver uma situação de crise, as integrantes do grupo compartilham formas de enfrentamento e suporte mútuo. Como resultados temos reflexão sobre os conteúdos trazidos no grupo, evolução na autoestima e no autocuidado (modo de se vestir, cabelos penteados, batom nos lábios), crescimento quanto à expressão verbal; trazem espontaneamente temas variados aos grupos, relatam crescimento individual na relação com os filhos e manifestam desejo e prazer em participar dos grupos.

No grupo, ao serem trabalhadas questões sobre a infância, o brincar e o desenvolvimento infantil, muitas mulheres relataram que não tiveram na infância oportunidade de brincar porque necessitaram trabalhar para ajudar a família e a cuidar dos irmãos. Em uma das vivências do grupo com jogos e brinquedos, trabalhando questões referentes ao desenvolvimento infantil, muitas escolheram o baralho ou o dominó, brinquedos mais adequados à sua realidade, e somente com incentivo experimentaram outros jogos.

Na Unidade Profissionalizante, observamos que as vagas preenchidas pelas mães nos cursos são de aproximadamente 15% a 20%, sendo que as demais vagas são preenchidas por familiares das crianças e demais membros da comunidade. Isso ocorre devido os pré-requisitos necessários para inscrição, entre eles o nível de escolaridade e a disponibilidade de quatro horas

diárias na participação das aulas. Muitas mães alegam não possuir uma rede familiar e social de apoio para se ausentarem de casa e da função materna durante os cursos.

É necessário esclarecer que cada um dos projetos beneficia mulheres que momentaneamente tem disponibilidade ou necessidade de participar da intervenção no decorrer do tratamento de sua criança. Há oportunidade de participar de um ou outro projeto, sendo eles complementares.

Outro aspecto a ressaltar é a comunicação e a confiança que são vivenciadas ao se trabalhar com grupos socioeducativos nos quais as crenças e valores devem e podem ser discutidas e refletidas, mas, acima de tudo, respeitadas.

5 CONCLUSÃO

Os primeiros seis anos de vida da criança são fundamentais para o desenvolvimento de sua estrutura física, psíquica e de suas habilidades sociais. As experiências nesse período e a relação com outras pessoas que a rodeiam influenciam a criança por toda a vida; desta maneira as intervenções realizadas neste período tendem a reverberar positivamente.

Nessa etapa, a família desempenha a quase totalidade das funções de socialização e dos cuidados psicológico e afetivo, que são denominados competências familiares ou habilidades parentais. Esta também é uma fase de maior vulnerabilidade, que demanda proteção especial e um ambiente seguro, acolhedor e próprio ao desenvolvimento de suas potencialidades. O grau de bem-estar e vulnerabilidade das crianças na primeira infância está intimamente relacionado com intervenções de apoio que as cuidadoras/mães recebem na construção de sua maternidade.

Desta maneira, o desenvolvimento de competências familiares apresenta-se como um potencial fator de proteção ao desenvolvimento infantil. As estratégias utilizadas nas intervenções podem variar, mas devem priorizar flexibilidade e coerência com o contexto das mulheres/mães para garantir a motivação, o envolvimento emocional e a aquisição do conhecimento a partir da vivência dos conteúdos abordados.

As competências essenciais a serem desenvolvidas foram incluídas na proposta identificada como habilidades de vida pela OMS. As intervenções com ensino destas habilidades favorecem o autoconhecimento, a reflexão, o relacionamento interpessoal e o aprimoramento das competências necessárias para ajudar na resolução de problemas, o que contribui para a redução de comportamentos de risco e para o aumento dos cuidados com a saúde física e mental das crianças. Essas intervenções socioeducativas realizadas em grupo se

mostraram eficientes, pois favorecem a troca de experiências, a reflexão e a discussão dos temas, aumentando as possibilidades para que novas atitudes e práticas sejam adotadas e modeladas por seus membros.

O IPREDE, como experiência coletiva, demonstrou que, ao promover a construção do processo de inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade, é possível encontrar soluções e desenvolver atitudes e habilidades que, evidenciando as competências individuais e coletivas, promovem uma transformação na realidade das crianças, oportunizando o desenvolvimento saudável.

REFERÊNCIAS

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Col.). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In: _____. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, p.7-29, 1995.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. Introdução. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família brasileira, a base de tudo**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, UNICEF, p.11-5, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>> Acesso em: 10 jul. 2015.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. do C. B. de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

SHAW, Daniel S. Programas de capacitação parental e seu impacto no desenvolvimento social e emocional de crianças pequenas. **Enciclopédia Sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância**. Conas: 2006.

SOLYMOS; G. M. B.; MARICONDI, M. A.; SOARES, M. L. P. V. A criança e a família: as potencialidades da abordagem em rede para o contexto da promoção da saúde. In: CHIESA, A.M.; FRACOLLI, E.A.; ZABOLI, E. (Org.). **Promoção da saúde da criança**: a experiência do Projeto Nossas Crianças: janelas de oportunidades. São Paulo: MS Prado, 2009, p. 43-60.

TRIVETTE, Carol M.; DUNST, Carl J. Programas de apoio aos pais baseados na comunidade. **Enciclopédia Sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância**. Conas: 2009.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Situação da infância brasileira**. Brasília: UNICEF Brasil, 2001.

YALOM, I. D.; LESZCZ, M. **Psicoterapia de grupo**: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed; 2006.